

BINGO

Página 2

A febre do jogo e seus polêmicos desdobramentos



Foto: Ag. Globo

Muitas casas de espetáculos foram transformadas em salões de bingo

BIOGRAFIA

Josué de Castro:
Precursor da luta
contra a fome

Página 6

HISTÓRIA

A mulher
na Guerra do
Paraguai

Página 10



BINGO!

Uma polêmica nada esportiva

Lei que visava a estimular o esporte acabou dando cobertura para a instalação de casas de bingo no país. Pelé pede sua revisão e Zico (cujo nome ficou ligado à norma) diz que o problema não é o instrumento legal e sim os maus empresários

Walmyr Peixoto

As casas de bingo no Brasil estão pela bola 7. O jogo, que se instalou em luxuosas salas baseado na Lei Zico, vem recebendo críticas de vários segmentos da sociedade e é objeto de uma ação de inconstitucionalidade, impetrada pelo Ministério Público, por solicitação do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. A ação tramita no Supremo Tribunal Federal, com a alegação de que os bingos são ilegais, porque a Constituição proíbe o jogo no país. A representação se baseia em que o Artigo 57 da Lei Zico fere o pacto federativo, ao criar encargos para os estados e o Distrito Federal.

A Câmara dos Deputados também vai investigar os bingos. O plenário da Câmara Federal aprovou no dia 23 de fevereiro a criação de uma

Clubes e federações alegam que os recursos do bingo são fundamentais para investimentos, como a contratação de atletas



CPI para tentar apurar possíveis irregularidades nos bingos, especialmente em relação ao repasse dos recursos às entidades esportivas.

Assim que assumiu como ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o

Pelé, colocou como meta prioritária a reformulação da legislação do bingo. Ele pretende, junto à sua assessoria jurídica, encontrar uma fórmula legal que aumente o percentual de lucro dos clubes e federações esportivas na arrecadação dos bingos.

Pelé não está satisfeito com o faturamento de 5% a 7% que cabe às entidades esportivas.

O ministro Pelé chega a insinuar que, como está, o bingo é uma preparação para a abertura de cassinos.

Por isso ele se mostra inconformado e sabe que está comprando uma briga difícil. Porém, afirma que não vai desistir e usará, se possível, até seu prestígio pessoal para que o Congresso Nacional reformule a lei. Caso contrário, garante, será melhor acabar com o bingo e buscar outras fontes de renda para o esporte.

O bingo se tornou uma febre desde a publicação do decreto 981, que regulamentou a lei federal 8.672, de julho de 1993. Esta ganhou o apelido de Lei Zico, pois o ex-craque do Flamengo foi secretário nacional de Desportos no governo Collor, e criou-a no sentido de instituir normas gerais para o esporte. Mas até agora, o único artigo que saiu do papel foi o do bingo, que visa a beneficiar federações e clubes que tenham o mínimo de três modalidades olímpicas.

Da receita bruta das apostas, 65% são destinados para pagamento de prêmios, sendo que a Receita Federal recolhe 30% deste percentual. Dos 35% restantes, cabem aos clubes ou federações de 5% a 7%. O faturamento dos empresários não é nada desprezível. Num tom chique, as elegantes casas de bingo, ostentando luxo parecido com os cassinos de Las Vegas, cobram ingresso de R\$ 5. As cartelas variam de R\$ 1 a R\$ 5. Diariamente mais de mil pessoas lotam os salões de jogos, movimentando mais de R\$ 60 mil por dia só em cartelas, fora o dinheiro do bar e bilheteria.

Mas se Pelé e o secretário da Receita Federal se mostram contrários ao sistema de arrecadação e distribuição das casas de bingo, tem muita gente que é a favor, como empresários, dirigentes esportivos e até mesmo políticos. Foi, por exemplo, o ex-deputado paranaense Onaireves Moura – cassado por falta de decoro parlamentar, após ter oferecido dinheiro a parlamentares em troca do ingresso dos mesmos no PSD – quem liderou o *lobby* para que o bingo fosse incluído no projeto de lei 965/91, a Lei Zico, que até então não mencionava este tipo de jogo.

Desta vez é o deputado federal e ex-presidente da Portuguesa de Desportos (São Paulo), Arnaldo Faria de Sá (PPR), que, liderando um bloco de empresários, promete defender uma ação contra a tentativa de extinção das casas de bingo. O deputado não esconde que pretende formar um *lobby* no Congresso e declarou isso a mais de 200 empresários durante reunião, em São Paulo, da Associação Brasileira de Administradores, Operadores e Proprietários de Estabelecimentos de Bingos e Similares. Segundo Faria de Sá, se um clube recebe 5% do lucro bruto, estaria ganhando 50% do valor líquido. Ele alega que seu clube, a Portuguesa de Desportos, melhorou financeiramente desde a implantação do bingo.

Na verdade, clubes e federações emprestam seus nomes para grandes empresas que exploram o jogo. É o caso, em São Paulo, da Tecnobingo, que fornece material de informática para os sorteios. O Corinthians não gastou absolutamente nada em um empreendimento de US\$ 800 mil, bancado pela empresa que administra seu salão de jogos. O São Paulo foi pelo mesmo caminho e, sem desembolsar um centavo, divide o lucro com a empresa Espor.

No Rio, o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana – que está há anos no poder graças a votos de ligas “fantasmas” e também indiciado na CPI do Apito – se aliou ao notório empresário da noite do Rio Francisco Re-

Como tudo começou

Depois de três anos tramitando no Congresso Nacional, finalmente no dia 25 de maio de 1993 foi aprovado o texto final da Lei Zico na Câmara dos Deputados, após duas votações na Câmara e uma no Senado. A lei teve 312 votos a favor, 34 contra e seis abstenções. O projeto foi aprovado em forma de substitutivo apresentado pelo relator da comissão especial que tratou da matéria, deputado Artur da Távola (PSDB-RJ). A lei foi sancionada em julho de 93 pelo presidente Itamar Franco, e teve como principais vetos a dedução no Imposto de Renda às doações feitas aos clubes e a parte que permitia à Caixa Econômica Federal transferir, uma vez por ano, a renda líquida de um teste da Loteca à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A Lei Zico foi elaborada para pôr fim ao sistema rígido de organização do esporte vigente desde 1941, concebido pelo Estado Novo. Com as novas regras, as entidades desportivas ganham autonomia e liberdade de organização. Uma das principais novidades é a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), que receberá recursos das loterias federais, Loto, Sena e Loteca. Este fundo visa a financiar o esporte amador e educacional, com recursos previstos na ordem de US\$ 25 milhões ao ano.

Abaixo, os principais itens da Lei Zico, elaborada quando o ex-jogador era secretário nacional de Esportes do governo Collor:

* Os clubes de futebol ou de outra modalidade esportiva profissional podem transformar-se em empresas com fins lucrativos.

* Acaba com o Conselho Nacional de Desportos, composto por dirigentes e burocratas do governo, e cria o Conselho Superior de Desportos (CSD), que será gerido por representantes da comunidade esportiva nacional. O CSD decidirá sobre a polêmica concessão do passe livre aos atletas profissionais.

* Cada aposta da Loto ou Sena terá um acréscimo de 4,5% do seu valor atual para a criação do Fundesp, destinado ao financiamento do esporte não-profissional, principalmente nas escolas.

* O CSD regulamentará a inclusão de outras modalidades desportivas, hoje consideradas não-profissionais, na categoria de profissionais. Acaba a caracterização de modalidades profissionais para o reconhecimento do atleta profissional de vôlei, de basquete, de futebol ou de futebol de salão.

(W.P.)



O ministro dos Esportes, Pelé, quer aumentar o percentual dos clubes na arrecadação dos bingos, que hoje estariam sendo controlados pela "máfia espanhola"

carey, e os dois iniciaram a febre carioca do bingo, transformando o Scala, famosa casa de espetáculos localizada no bairro do Leblon (Zona Sul do Rio), numa casa de jogo. Chico Recarey gostou tanto que abriu outro salão, em Niterói, em sociedade com a Federação de Vôlei.

Os empresários lucram e os dirigentes não reclamam. Mas entre os que ganham com o bingo existe uma guerra velada. O vice-presidente do Botafogo, Carlos Eduardo Pereira, diz que a lei errou colocando as federações no "bolo", já que estas não têm despesas e ainda ficam com um percentual das rendas dos clubes em jogos do campeonato estadual. Já o presidente Carlos Augusto Montenegro garante que a renda do bingo ajuda a pagar a folha salarial. Juber Gonçalves, diretor do Fluminense, diz que "o bingo deveria ajudar os clubes" e acha estranho que as federações também possam criar os seus.

O presidente da Federação de Atletismo do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Carvalho, diz que nada tem a reclamar do bingo. Categórico, ele afirma

que o atletismo não iria a lugar algum se não fosse essa modalidade de arrecadação. O atletismo que está ligado ao Bingo Arpoador e Carvalho já anuncia o investimento do que foi apurado em dois meses - R\$ 105 mil - na formação de uma equipe que possa fazer frente aos atletas paulistas. E o dirigente discorda de Pelé: "Se é para punir, que se punam os maus empresários. Não tenho nada a esconder. O bingo é a salvação do atletismo do Rio. Só discordo que a punição seja para todos."

O ministro Edson Arantes do Nascimento não só quer mexer na lei que regula o bingo como declarou que a "máfia espanhola" controla este tipo de jogo no Brasil. O empresário espanhol Francisco Recarey, que administra dois bingos e já está construindo um terceiro, diz que não se sente atingido, pois "se acha tão brasileiro quanto Pelé", já que mora no Brasil há 32 anos. Recarey, que promove o bingo no Scala (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro) e de Charitas, em Niterói (Federação de Vôlei) e vai inaugurar o da Federação de Futebol de Salão, afirma que leva prejuízo neste tipo de negócio, com faturamento diário de R\$ 15 mil.

O empresário esclarece que o bingo existe na Espanha há 20 anos e foi criado para o lazer dos aposentados. Na Europa, atualmente, funcionam 1.200 bingos, sendo que 920 na Espanha, onde se paga o imposto único de 10%. O gerente do Cariobing, Amílcar Gierkens, diz que se sentiu envergonhado com as declarações de Pelé ao se referir à "máfia espanhola" como promotora dos bingos: "Nosso dinheiro entrou de forma limpa, através do Banco Central."

Ao lado da "máfia espanhola", um outro grupo estaria administrando salas de bingo: os banqueiros de bicho. No dia 17 de fevereiro, fiscais da Secretaria de Fazenda de São Paulo e policiais fecharam a Liberty, maior casa de jogos da capital paulista. O bicheiro Ivo Noal seria um de seus donos. O local é gerido pela WR Produções, em acordo com o clube XV de Novembro, de Piracicaba (interior do estado).

Segundo a Secretaria da Fazenda, a casa funcionava graças a uma autorização "precária" do clube, que não teria sido regularizada dentro do prazo devido. A administradora também não teria cumprido

Zico: 'a lei não é minha'

Arthur Antunes Coimbra, o Zico, é enfático: "A lei não é minha, ela só é atribuída a mim." O ex-jogador do Flamengo e seleção brasileira diz que não partiu dele a idéia da criação das casas de bingo. "A lei previa o clube-empresa", explica. Zico também não concorda com Pelé, que pretende alterar a lei para que os clubes tenham um percentual maior, nem tampouco que se fechem as casas de bingo sob a alegação de que existe corrupção.

"Acho que o Pelé não pode culpar os empresários que promovem os bingos. Ele deve orientar os conselhos deliberativos dos clubes para que fiscalizem os contratos feitos pelos presidentes. Se o clube está ganhando pouco ou quase nada, esse dirigente é incompeten-

te ou leva algum dinheiro por fora."

Zico é contratado como "garoto propaganda" pela empresa que promove um bingo em São Paulo junto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Eufórico, ele defende essa modalidade de jogo, afirmando que, em três meses, o telebingo do COB garantiu uma renda de US\$ 1,1 milhão. Zico ressalta que o Telebingo do Comitê é feito com a maior lisura, "caso contrário não emprestaria meu nome a ele", e, por isso, sugere que os que fazem negócios escusos sejam punidos.

Reafirmando que ficou decepcionado com a forma como foi aplicada a lei 8.8672/93 desde sua regulamentação pelo decreto 981/93, Zico diz que "muita coisa importante foi mudada, mas ao menos conseguimos alguns triunfos, como a regularização do clube-empresa". Pelo menos Zico concorda com o secretário da Receita Federal e espera também uma aplicação mais enérgica da lei que regulamenta a instituição das casas de bingo e que é determinada pelas secretarias de Fazenda de cada estado.

O jogador não teme ficar estigmatizado como Gérson, tricampeão do mundo, que, ao fazer um anúncio de uma marca de cigarros, ficou marcado como "aquele que levava vantagem em tudo". Era a "Lei de Gérson".

"Reafirmo, a lei não é minha. Se existem pessoas que exploram o lado negativo, não é baseado nesta lei. Existem outros pontos bons que ainda não foram colocados em prática. Além do mais, não criei o projeto sozinho, tive ao meu lado uma comissão formada por gente do mais alto gabarito", explica o ex-jogador.

Um dos colaboradores deste projeto que veio a se transformar em lei foi o advogado Antônio Simões. Sem se mostrar inteiramente satisfeito com a aprovação dela, Simões revela que o bingo é resultado de um trabalho direcionado por pessoas com determinados interesses. Segundo ele, esse tipo de gente se ligou ao poder para conseguir uma lei que viabilizasse esses interesses. "Não pensávamos em bingo, e sim em mudar o esporte em sua essência", afirma.

(W.P.)

Zico diz que os conselhos dos clubes devem fiscalizar os contratos firmados com os donos de casas de bingo

do a exigência legal de apresentar a relação dos proprietários. O clube também não remeteu os documentos exigidos. Em São Paulo funcionam cerca de 50 salões de bingo, sendo 17 de grande porte, segundo a Secretaria.

Poucos recursos - O jurista Álvaro Melo Filho, que fez parte da comissão de elaboração do anteprojeto da chamada Lei Zico, diz que o dispositivo da instalação dos bingos não foi idéia do ex-jogador do Flamengo e, sim, do então deputado federal Artur da Távola (hoje senador), que era relator da matéria. Segundo Melo Filho, a solicitação foi feita porque foram vetados os incentivos fiscais ao esporte, nos moldes aplicados à cultura. O jurista assinala que a Cultura tem R\$ 113 milhões do Orçamento, e o Esporte recebe apenas R\$ 20 milhões. "O esporte é mais uma vez brutalmente sacrificado com a supressão do abatimento da renda bruta ou dedução do lucro, das contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas a entidades de administração ou prática desportiva", conclui o jurista. ■

O precursor da luta contra a fome

Médico pernambucano pioneiro no estudo sistemático da carência alimentar no Brasil e no mundo e na batalha para vencê-la tem sua trajetória mostrada em vídeo



Carmine Miceli

Por seus estudos sobre a fome no Brasil e no mundo, Josué de Castro recebeu, em 1954, o Prêmio Internacional da Paz. Em 1951, havia sido eleito presidente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A trajetória do médico pode ser vista no vídeo *Um Brasileiro Universal*, que está sendo lançado no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Brasília. Com direção de Sílvio Tandler, é uma recuperação da história do autor de *Geografia da Fome*.

Diretor de *Jango e Os Anos JK - Uma Trajetória Política*, Sílvio Tandler tem um trabalho sistemático de resgate de biografias marginalizadas da vida pública. A decisão de fazer *Um Brasileiro Universal* nasceu do convite de um dos netos do médico pernambucano. "Como outros tantos milhões de brasileiros, eu conhecia Josué só de nome, mas não tinha a noção do alcance da sua obra. O desafio me interessou", conta o cineasta.

Sílvio, a exemplo do que aconteceu quando fez *Jango*, ficou apaixonado pela vida de Josué de Castro: "Nos

anos 30, ele estuda as condições dos operários no Recife. Em meados de 40, trabalha de forma sistemática, pela primeira vez na geografia, a questão da fome. Ele passa a ter um reconhecimento internacional com *Geografia da Fome*, sobre o Brasil, e *Geopolítica da Fome*, sobre a situação internacional".

Nos anos 50, no auge da guerra fria, o médico assumiu uma posição antimilitarista. Contrariando as teses malthusianas que pregavam o controle da natalidade, ele afirmava que o mundo detinha uma tecnologia que, empregada para a paz, era capaz de erradicar a fome no planeta. Sua argumentação o levou a ganhar o Prêmio Internacional da Paz, em 1954, e a ser indicado, várias vezes, para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.

Na década de 70, começou a defender uma política de desenvolvimento auto-sustentado. Cassado, não pôde representar o Brasil, em 1972, na Conferência de Estocolmo, encontro ao qual compareceu o ministro Costa Cavalcanti, que advogou o desenvolvimento a qualquer preço, política da ditadura. Na época, Josué, fazendo coro com outros notáveis, disse que os recursos naturais são importantes de-

mais para serem administrados por governos nacionais. E propôs a formação de um governo transnacional para criar e administrar uma política de desenvolvimento auto-sustentado, idéia levantada na Conferência da ONU para a Ecologia e o Desenvolvimento (Rio-92).

O vídeo mostra a trajetória do pernambucano desde os tempos de menino nos manguezais e associa sua obra à sua vida. A paixão pelos manguezais, universo que o ajudou a compreender a fome, é retratada com cenas gravadas na capital pernambucana.

A eleição em que foi o deputado federal (PTB) mais votado de Pernambuco, em 1958, também é lembrada, assim como o mandato de deputado estadual a partir de 1954. "A votação o colocou quase na posição de candidato natural à prefeitura de Recife. Em acordo feito com Miguel Arraes, ele recusou uma possível candidatura, para apoiar Arraes", conta Sílvio.

Um Brasileiro Universal tem depoimentos de amigos de Josué, como o escritor Jorge Amado, que fala com carinho do médico. "Ele ressalta que o Josué nunca foi comunista, mas trabalhava junto a eles, sem discriminá-los", adianta Tandler. Já o antropólogo

go Darcy Ribeiro o considera um dos grandes homens do mundo e diz que, dentro de 500 anos, uma das obras contemporâneas com espaço na história será *Geografia da Fome*.

Outro depoimento é do jornalista Neiva Moreira que conta, com muita emoção, a vida parlamentar de Josué de Castro, com que conviveu na Frente Parlamentar Nacionalista.

Líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião também revela sua admiração pelo pernambucano, com quem fez dobradinha nas eleições de 1954 e 58. O cineasta lembra que "Julião se orgulha muito de ter transferido votos para Josué, para quem chegou a fazer um cordel".

A vida de Josué de Castro em família é contada pela escritora Zélia Gattai. Entre os amigos de Recife, aparecem no vídeo Otávio Pernambucano, colega do primário, que conta que Josué escrevia mal, mas fez um grande esforço para superar sua dificuldade. Já o colega de profissão Orlando Parahim fez pesquisas com ele e o apresentou ao sertão.

Rachel de Queiroz destaca a importância da passagem da fome da literatura para a ciência. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, também foi convidado para falar sobre a importância do trabalho do pernambucano.

Situado em Pernambuco, o Centro Josué de Castro foi muito importante para a realização do vídeo. Ele reúne cartas, documentos e fotografias, preserva a memória do médico e produz pesquisas sobre assuntos como a fome e a vida dos trabalhadores.

Um Brasileiro Universal tem 40 minutos editados de 40 horas de gravações, feitas em quase cinco meses de filmagem. Será distribuído em escolas, universidades, centros de pesquisas, cursos de nutrição. A princípio, serão feitas mil cópias. É um trabalho da Bárbaras Produções, em associação com a Vídeo Fundação (Fundação Progresso) e outras produtoras. Foi realizado com verba da Embratel e teve o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Telerj e Prefeitura de Recife. Tem argumento original de Josué Fernando de Castro Filho e Adolfo Lachtermacher; texto de Tânia Fusco; fotografia de Jacques Cheuiche; e música de David Tygel.

Biografia

Josué Apolônio de Castro nasceu em 1908, em Recife, e morreu no exílio em 1973, em Paris. Filho de um emigrante que deixou o sertão por causa da seca de 1877 e da filha de um proprietário de engenho de açúcar, cresceu próximo a mocambos erguidos em manguezais na capital pernambucana. "A casa ficava à margem do rio, o sítio terminando à beira d'água, ficando em tempo de cheia como uma ilha, como uma fortaleza montada nos altos batedores por onde os caranguejos subiam trepando até o terraço, entrando alguns mais ousados até dentro das salas", escreveu na crônica *Solidariedade Humana*, na qual confessa que o período em que morou junto à zona dos mocambos talvez tenha sido o melhor de sua vida.

Fez o curso de Medicina na Bahia e no Rio, onde se formou em 1929, e começou a exercer a profissão em Recife. Sua primeira obra sobre a fome tem como título *O problema da alimentação no Brasil* (1933). A repercussão de seu trabalho foi maior com *As condições de vida da classe operária no Recife: Estudo econômico de sua alimentação* (1935), levantamento pioneiro que serviu de modelo para investigações semelhantes em outros estados, para o movimento pela fixação do salário mínimo e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro. A partir de sua docência em Fisiologia na Universidade do Distrito Federal e da experiência clínica no Recife, começou a fazer pesquisas bioquímicas que originaram o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.

Entre 1939 e 1945, além de ter criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), deu cursos sobre alimentação e nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, e foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição.

Obra que tornou Josué mundialmente famoso, *Geografia da Fome* lançada em 1946, é um estudo da fome em todas as regiões do país. Já *Geopolítica da Fome* (1951) trata do problema no mundo. Traduzidos, em edições sucessivas, em quase 30 idiomas, os dois livros alertaram a opinião pública internacional para o problema.

Foi presidente da FAO de 1952 a 1955. Outra grande contribuição de Josué de Castro para a humanidade foi a criação, no ano de 1957, em Paris, da Associação Mundial de Luta Contra a Fome, que originou comitês em vários países.

Em 1960, presidiu a Campanha de Defesa Contra a Fome promovida pela ONU, defendendo como primeiro direito do homem o de não passar fome. Em 1963, renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o posto de embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais da ONU em Genebra (1963-64). Com o golpe militar em março de 1964, teve seus direitos políticos cassados em 9 de abril.

Nos últimos anos de vida, em Paris, criou o Centro Internacional de Desenvolvimento; participando ativamente do movimento intelectual europeu em defesa dos povos do Terceiro Mundo; realizando conferências em vários países da América, Europa, Ásia e África; organizando congressos e simpósios internacionais; e lecionando geografia humana na Universidade de Paris-Vincennes.

Os intelectuais e o Poder: o difícil equilíbrio

A relação entre estudiosos e artistas com o Estado passa por preferências ideológicas e muitas vezes deságua na necessidade de sobrevivência



Fernando Henrique escolheu Francisco Weffort, que nomeou Marcio Souza, que entrou no lugar de Ferreira Gullar

Carlos Tautz

De um lado, Ferreira Goulart, Gianfrancesco Guarnieri e Caetano Veloso torciam para Fernando Henrique Cardoso. No lado oposto, Marieta Severo, Oscar Niemeyer e Chico Buarque apoiavam Lula. Os torcedores-intelectuais entraram em campo na última eleição presidencial apenas para emprestar aos candidatos o prestígio de suas inteligências e de suas imagens junto ao eleitorado. Repetia-se uma tradição brasileira, segundo a qual artistas e intelectuais só interessam aos partidos em época de eleição ou como instrumento de propaganda dos governos.

Se não, vejamos: FHC é o presidente da República e nomeou o sociólogo Francisco Weffort para o Ministério da Cultura. Se Lula ganhasse a disputa, o cargo iria para um "quadro" petista, provavelmente a filósofa Ma-

rilena Chauí, professora-titular da Universidade de São Paulo. Ferreira Gullar, que apoiou explicitamente Fernando Henrique, perdeu o cargo de presidente da Fundação Nacional de Arte (Funarte) para o editor Márcio de Souza, amigo íntimo de Weffort e ex-membro do PT.

Artistas ou intelectuais estariam, assim, preteridos pelas articulações internas dos partidos. Foi essa tática de aproveitamento-cooptação que levou o ator Paulo Betti, um esforçado militante na campanha presidencial de 1989, a admitir há cerca de um ano que o PT o procurava apenas em época de eleição e que, portanto, dali em diante preferia cuidar mais de sua carreira do que fazer política partidária.

Logo após ter sua eleição confirmada, Fernando Henrique Cardoso chegou a citar em uma entrevista coletiva o compositor baiano Caetano Veloso, como o tendo inspirado numa decisão política. Além de afagar o ego de Caetano

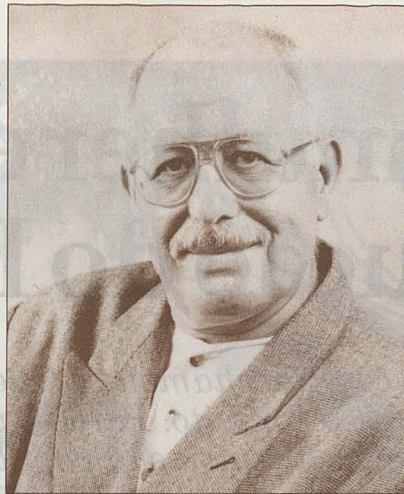
e de reforçar uma imagem — criada pela sua assessoria durante a campanha eleitoral — de homem íntimo da intelectualidade, segundo as más línguas a citação também poderia ter tido um outro objetivo implícito. FHC queria dar uma estocada em Chico Buarque, um dos compositores que dividem com Caetano a preferência de uma determinada faixa de público e que militou na campanha do petista Lula da Silva.

A estratégia de aproximação entre políticos e intelectuais, embora obedeça a parâmetros comuns às relações entre quaisquer seres humanos, não deixa de parecer cooptação dos segundos pelos primeiros. O ex-presidente Fernando Collor a utilizou em seu mandato de dois anos e convocou o falecido, superinteligente e direitista José Guilherme Merquior para o cargo de ministro da Cultura. Collor terminou surrupiando longos trechos de um ensaio de Merquior e os divulgou para a imprensa como se fossem seus.

Para o professor de pós-graduação em Teoria Literária, Silviano Santiago, da Universidade Federal Fluminense (UFF), (autor do livro *Em liberdade*, em que recria a trajetória pessoal de Graciliano Ramos) nem sempre se pode chamar de cooptação o apoio ou adesão de intelectuais a governos ou projetos políticos. Silviano aponta como exemplo bem típico a situação do progressista Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores poetas brasileiros, que foi funcionário do Ministério da Educação na época do Estado Novo. "O trabalho de Drummond naquele tempo era de vanguarda e não encontrava espaço para ser publicado. Ele tinha de ganhar a vida de alguma forma e a maneira que encontrou foi trabalhar no Ministério. Acho que temos de fazer uma distinção bem clara entre o artista e a sua obra. Os intelectuais nunca deixaram de escrever o que pensavam."

De qualquer forma, muitos nomes famosos e consagrados das artes brasileiras tiveram seus momentos de aproximação com o Estado e os regimes em vigor – mesmo que ideologicamente a distância que os separava fosse grande. Cândido Portinari, considerado o maior pintor brasileiro de todos os tempos, foi colaborador do ministro getulista Gustavo Capanema na pintura dos painéis do edifício do antigo Ministério da Educação e Cultura, no Centro do Rio de Janeiro. Integrava a equipe de Portinari o não menos importante arquiteto, mundialmente reconhecido, Oscar Niemeyer. O regime implantado por Vargas não afastou os intelectuais Portinari e Niemeyer, então ativos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em suas obras, os dois expressavam preocupações sociais e políticas. Portinari costumava denunciar em suas pinturas a situação do trabalhador pobre (quase sempre negro) em condições de trabalho subumanas. Niemeyer, por sua vez, projetou o envidraçado Palácio do Planalto – sede do Executivo federal em Brasília –, com o objetivo de simbolizar a necessária transparência com que os presidentes da República deveriam governar o país.



Silviano Santiago: os intelectuais sempre escreveram o que quiseram

A postura inversa sempre foi possível. Um intelectual que procurou não aceitar qualquer tipo de aproximação com regimes dos quais discordasse foi o escritor Graciliano Ramos, autor do romance *Memórias do Cárcere*. Prisioneiro político do regime do Estado Novo no presídio da Ilha Grande (RJ) durante 10 meses, entre os anos de 1936 e 37, Graciliano (também por conta de sua personalidade introspectiva) teve de arcar política e financeiramente com a não-aceitação daquilo com o qual não concordava. Muito crítico de si mesmo, Graciliano, durante algum tempo militante do PCB, recusou oportunidades profissionais que contrariavam sua postura política. E, por outro lado, concordou em aceitar cargos que lhe interessavam, deixando, por exemplo, a prefeitura de Palmeiras dos Índios 27 meses depois de eleito para ir dirigir a Imprensa Oficial de Alagoas.

Mais recentemente, durante a ditadura militar deflagrada pelo golpe de 1964, a relação entre Estado e intelectuais foi tensa e distante – a repressão à liberdade de pensamento se radicalizou como em nenhum outro regime de exceção que o Brasil até então tinha visto. Raros foram os pensadores – de esquerda ou mesmo os liberais – que se deixaram atrair por um emprego ou colaboração com o Estado, que naquele momento censurava até a imprensa comprometida com os militares e torturava cruelmente os opositores do regime.

Mesmo assim, houve quem se colocasse ao lado do governo. Os escritores e membros da Academia Brasileira de

Letras, Octavio de Faria e Adonias Filho, por exemplo, davam pareceres sobre a conveniência, ou não, do Instituto Nacional do Livro (INL) patrocinar a co-edição de obras produzidas por editoras privadas. O INL, criado em 1937 por Getúlio Vargas e que teve como primeiro diretor o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, comprava até tiragens inteiras para distribuí-las a bibliotecas públicas espalhadas pelo Brasil. Não só naquele tempo, mas também hoje, qualquer editor almeja vender para o governo. De qualquer modo, na época, os pareceres raramente se prendiam a aspectos acadêmicos. Estavam sempre carregados de preconceito ideológico e até de preferência individual.

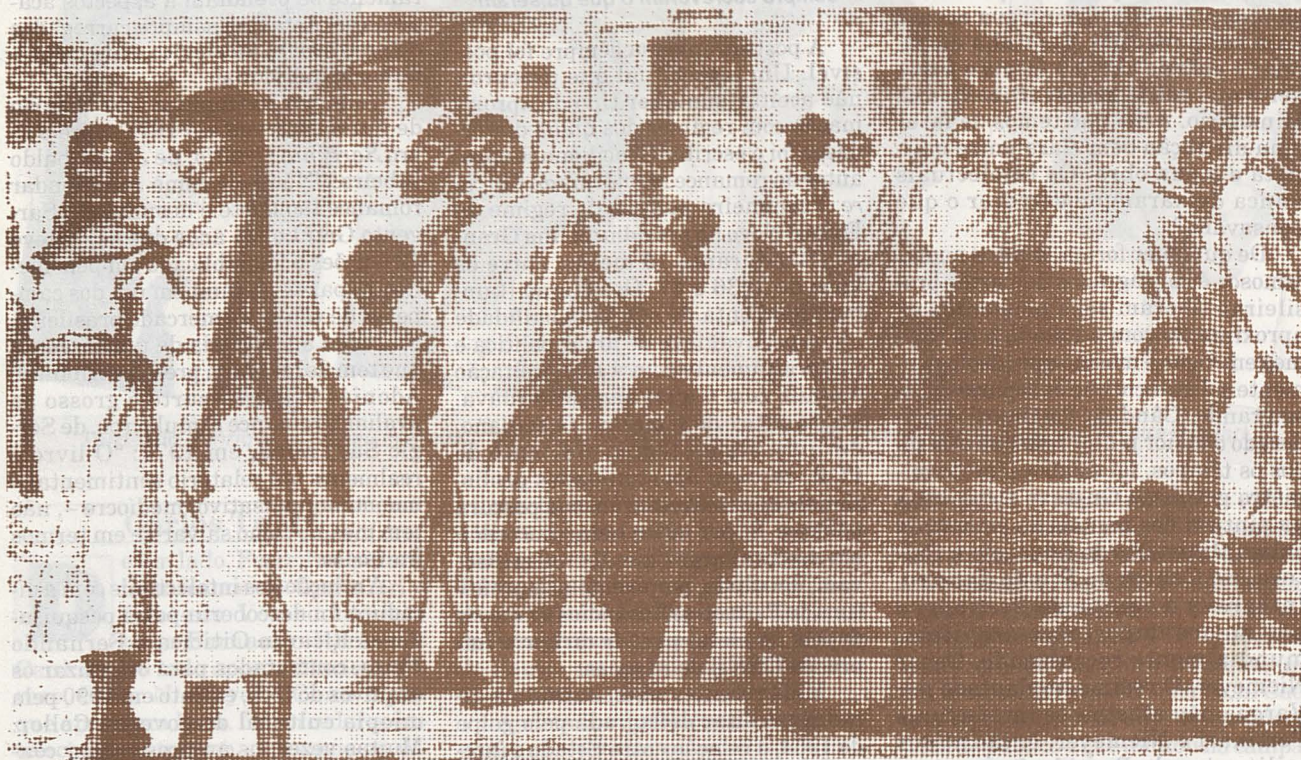
Veja, por exemplo, o que Octavio de Faria escreveu em 1971 sobre o livro *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro: "Não vejo como recomendar romance tão triste e desumano." Sargento Getúlio, 24 anos depois, já teve 12 edições e foi publicado em pelo menos 16 países. É também um dos campeões de venda no mercado brasileiro, contando a trajetória de um sargento que tem de levar um preso ao tribunal. Adonias Filho foi curto e grosso ao avaliar o romance *Simulacros*, de Sérgio Sant'anna, em 1977: "O livro é realmente um relatório sentimental – monótono, cansativo, medíocre –, não tem mesmo como salvar-se em termos literários."

A relação dos intelectuais com a ditadura foi descoberta pelos pesquisadores Ricardo Oiticica e Fernando Fiuza, contratados para organizar os arquivos do INL, extinto em 1990 pela miopia cultural do governo Collor. Muitas vezes, os autores sequer concordavam ou sabiam que suas obras seriam submetidas à apreciação do Instituto. Sérgio Sant'anna pediu a seu editor, Enio da Silveira, que não solicitasse o convênio com o governo.

Mas a editora de Enio – a Civilização Brasileira, conhecida por publicar obras nas áreas de Ciências Sociais e Humanas e de cunho progressista – estava em má condição financeira e o empresário acabou aceitando a co-edição. O escritor João Ubaldo também garante que sequer tomou conhecimento de que *Sargento Getúlio* havia entrado na fila do convênio com o INL. ■

A mulher e a reconstrução do Paraguai

Para os brasileiros, o conflito chamou-se Guerra do Paraguai e é lembrado pelos feitos de nosso Exército. Para os paraguaios, foi a Guerra Grande, que arrasou o país e dizimou sua população masculina. Coube às mulheres importante papel na reconstrução nacional



Mulheres paraguaias saindo de uma igreja após a missa (publicado em *Le Tour du Monde*, Paris, 1874)

Alberto Moby *

Há 125 anos, no dia 1º de março de 1870, terminava uma das guerras mais sangrentas da história da humanidade, comandada pelos interesses do capital inglês na América do Sul. Ela é conhecida entre nós como Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança e lembra no Brasil no Dia do Soldado (25 de agosto) como uma sucessão de feitos heróicos do Exército brasileiro con-

tra a tirania do ditador Francisco Solano López, o "Napoleão do Prata".

Para os paraguaios, é a Guerra Grande, que deixou centenas de milhares de mortos, praticamente dizimando a população masculina e deixando o país economicamente arrasado.

As forças aliadas, que ocuparam a capital do país, Asunción, em janeiro de 1869, lá permaneceram até 1876, controlando um governo títere que defendia ideais político-ideológicos radicalmente antagônicos aos de Solano

López. Além disso, o Paraguai perdia para o Brasil toda a região compreendida entre os rios Blanco e Apa e a zona do Amambay e para a Argentina mais da metade da região das Missões, ao sul do rio Paraná, e todo o Chaco central, até o rio Pilcomayo.

O maior exemplo da brutalidade dessa guerra, que na escola primária é ensinada como heróica, é a ocupação de Asunción sob as ordens do Duque de Caxias. Ao chegarem à capital paraguiaia, os aliados se instalaram nas

casas e prédios públicos, abandonados em fevereiro do ano anterior por decreto do Conselho de Guerra do Paraguai. A cidade, desgovernada e caótica, foi vítima de saques, incêndios, estupros e toda sorte de crimes. Além disso, devido à crença de que a população, ao abandonar suas casas, havia enterrado seus tesouros, os soldados aliados saquearam tudo que pudesse escondê-los. Uma onda de escavações em ruas, jardins e assoalhos das casas, violações de túmulos, em busca de riquezas escondidas ou enterradas tomou conta da capital. Embora as especulações sobre tesouros enterrados fossem mero exagero, de qualquer forma foram extraídas de Asunción verdadeiras fortunas em mobiliário, jóias, utensílios domésticos, etc.

As poucas mulheres da cidade (as tropas de ocupação chegaram a aproximadamente 30 mil soldados!) eram presa fácil para um bando de homens embrutecidos pelos horrores da guerra e pela distância da terra natal, cujos apetites sexuais não podiam ser dos mais moderados.

Ainda durante muito tempo a situação populacional do país permaneceu desoladora: uma sociedade de proporcionalmente muitas mulheres e praticamente nenhum homem. Em Asunción, toda a atividade informal estava entregue a elas: a população da capital na época, estimada em geral em 10.000 habitantes, incluía entre 2.500 e 3.000 homens dos quartéis brasileiros de ocupação, a maioria deles negros, estabelecidos em uma colina fora da cidade, e o abastecimento desta força militar



Francisca Cabrera, uma das muitas heroínas da guerra. Xilogravura publicada no jornal da Frente de Batalha Cabichuí em 10 de outubro de 1867

possibilitou boa parte do comércio da cidade.

O componente não-militar da população masculina, em torno de 1.500 pessoas, consistia quase que inteiramente de estrangeiros, sejam brasileiros, italianos ou de nacionalidade mista. As mulheres paraguaias de todas as características – desde o tipo indígena ou negro até quase o puro espanhol – formavam a maioria dos habitantes, e todo o comércio do interior era realizado por elas.

Centenas de paraguaias, cada uma levando na cabeça uma canastra com mercadorias comercializáveis – vegetais, ovos, leite, tabaco, ou pão à base de farinha de mandioca, chamado *chipá* – iam até Asunción, vindas das zonas circunvizinhas todas as ma-

nhãs, e ocupavam as *plazas* abertas durante o dia, retornando a suas casas ao entardecer. A água potável da cidade, vinda de vários *pozos* a uma certa distância da zona urbana, era trazida de manhã e à noite pelas mulheres, em fila indiana, cada uma sustentando um grande cântaro sobre a cabeça.

Ao mesmo tempo, no interior, em direção ao sudeste do país, prevaleciam as cidades fantasmas: Trinidad ou Ibiray: entre 200 e 300 habitantes; Paraguari: dois quarteirões principais e cerca de 600 habitantes; Caapucú: 700 habitantes; San Miguel: um quarteirão, rodeando uma pequena igreja, com apenas 12 casas habitadas; Santa Rosa: apenas um quarteirão de casas destruídas praticamente desabitadas; El Carmen: somente duas casas habitadas; Encarnación, fundada em 1614, e que fora uma das principais reduções das Missões, quase completamente deserta, com somente 12 casas das que sobram, ocupadas. Nas áreas rurais, acreditava-se que havia 50 mulheres para cada homem, enquanto que em Asunción essa taxa era de três para um.

Além disso, a chegada das tropas aliadas trouxe milhares de comerciantes, especuladores, artesãos e outros grupos vindos do sul da região platina, todos excitados com a possibilidade de tirar proveito da riqueza abandonada pelos paraguaios, alguns para se estabelecerem economicamente de forma estável. A cidade de Asunción se encheu, em poucos dias, de uma enorme e confusa população, que falava em suas ruas todos os idiomas e dialetos ocidentais.

Como resultado da guerra, não só grande parte da população fora dizimada como, a uma primeira vista, toda cultura paraguaia. Essa destruição, porém, não foi acidental. Embora oficialmente os planos da Tríplice Aliança fossem, segundo artigo do então presidente argentino Bartolomé Mitre para o jornal *La Nación*, derrubar “essa abominável ditadura de López e abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possuí, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos e rios navegáveis para explorá-los”, a verdade era que “os soldados aliados, e muito particularmente os argentinos, não foram ao Paraguai para derrubar uma tirania (...) e da mesma forma teríamos ido se em vez de um governo monstruoso e tirânico como o de López, houvéramos sido insultados por um governo mais liberal e civilizado”, segundo ainda o general Bartolomé Mitre. O problema é que antes de consumada a vitória não se podia admitir tais razões, porque seriam injustificáveis: “Não se vai matar a tiros um povo, não se vai incendiar seus lares, não se vai regar de sangue seu território, dando por razão de tal guerra que se vai derrubar a tirania a despeito de seus próprios filhos que a sustentam ou suportam (...). A filosofia, a humanidade, a moral desertariam de suas fileiras se tivéssemos ido matar paraguaios e destruir o Paraguai para redimir um montão de ruínas e um grupo de viúvas e órfãos, cobrindo com a bandeira da liberdade o último cadáver do último sustentador da sua tirania”, de acordo com o historiador Julio José Chiavenatto.

O Paraguai, no entanto, como que ressurgiu das cinzas. E – o que é mais interessante – manteve as principais características de sua cultura, eminentemente indígena, inclusive com o idioma guarani, ainda hoje falado pela maioria da população. Cabe perguntar, então, que força teria propiciado esse ressurgimento, se tanto sua população, dizimada, quanto sua cultura, substituída pelo modelo liberal imposto pela Tríplice Aliança, foram arrasados?

A lingüística moderna admite geralmente que não falamos uma língua, mas que somos falados pela lín-

gua. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. Em consequência, um povo que se des-língua é um povo que se des-pensa, se des-diz e, finalmente, se des-faz. De fato, as grandes dominações culturais, econômicas e políticas se estabelecem – e permanecem estabelecidas – enquanto existem os fatores da dominação lingüística: subjugados lingüisticamente, os povos entram em uma fase de despalavramento que é dessistematização e desestruturação.

*Apesar de arrasado,
o Paraguai
conseguiu manter
as principais
características
de sua cultura,
basicamente
indígena, como
o idioma
guarani*

No Paraguai, desde o início da colonização o guarani teve várias realizações dialetais diferentes. Como, do ponto de vista social, cultural, econômico e político, havia dois Paraguais – o dos colonos e o das missões jesuíticas –, houve também duas línguas guaranis. Isso sem levarmos em conta o guarani pré-colombiano, que permaneceu – e em alguma medida permanece – através dos índios que conseguiram se refugiar nas regiões montanhosas do país. Pouco a pouco foi surgindo uma nova modalidade dialetal, que alguns

costumam chamar de “guarani paraguaio”: a língua materna do grupo dominado social e politicamente utilizada pelo grupo dominante, falante de uma língua distinta e distante. Ainda assim, o “guarani paraguaio” não era visto com bons olhos pela burguesia crioula, que sentia um forte desprezo pelo índio. No Congresso Constituinte de 1870, por exemplo, houve uma não-aceitação radical ao guarani quando o representante de Paraguari solicitou que se permitisse aos congressistas expressarem-se nesse idioma. A moção foi recebida com “hilaridade geral” e “combatida energeticamente pelos deputados”, que proibiram, além disso, que o assunto voltasse à tona.

Historicamente, a mulher paraguaia sempre foi depositária privilegiada da tradição cultural e do que foi possível preservar da língua guarani, corrompida e adulterada pelo colonizador – ainda que não espontaneamente mas, ao contrário, muitas vezes dada a opressão à qual foi submetida. Por outro lado, no século XVII, segundo várias testemunhas, mesmo entre os espanhóis esse “novo” guarani era a língua comum. De acordo com Juan Rubin em *Bilinguismo nacional en el Paraguay*, entre as mulheres, sequer havia quem falasse o castelhano: “Em uma ou outra cidade a maioria sabe castelhano mas nas vilas e em todos os povoados do campo, chácaras e estâncias não se fala nem se sabe – especialmente entre as mulheres – mais que esta língua tão corrupta...”

Na jurisdição do Paraguai, onde há uns 20 mil habitantes de sangue espanhol, não se usa comumente outra língua que o guarani, ainda que mal, com muitos solecismos e barbarismos. “Das mulheres, poucas há que saibam o castelhano e os varões o sabem muito mal: e este pouco que sabem é porque nas escolas (...) os obrigam a aprender na base do açoite...” segundo Bartolomeu Meliá em *José Cardiel y su Carta Relación*.

Ao iniciar-se o século XIX tal situação ainda se mantinha: as mulheres quase invariavelmente falam com dificuldade e a contragosto o espanhol, preferindo em muito o guarani, no qual são mui eloquentes. Os decretos e leis do governo são publicados em espanhol, que se usa também para dar



Comunidade indígena paraguaia engajada na Guerra Grande

ordens no Exército e é ensinado nas escolas, às quais todos os meninos do país devem ir forçosamente (mas não as mulheres), até que aprendam a ler e a escrever. Mas depois de deixar a escola, quiçá nunca mais o escutem, pois não têm livros para ler; há muito pouco papel para escrever de vez em quando e com exceção de assinarem os nomes, geralmente antes de completarem 21 anos, já esqueceram tudo o que aprenderam na escola.

Como se vê, nos primeiros 50 anos de República, não houve nenhuma mudança significativa com relação ao guarani, apesar da ojeriza das elites. E eram as mulheres as que, desde a colônia, estiveram constantemente — é claro, por sua condição de gênero “inferior” — falando guarani, com praticamente nenhum domínio do espanhol.

Observando tais evidências, Bartolomeu Meliá afirma, com segurança, que até a guerra de 1865-1870 o Paraguai era um país onde o guarani era a única língua, como fato social nacional e que nem mesmo os mestiços eram bilíngües. Com a guerra, a política de Solano López se encaminha no sentido de conferir ao guarani o estatuto de língua de unidade nacional. Incentiva-se a literatura, particularmente a de combate, em guarani, associando-a à essência, à beleza e ao va-

lor paraguaios. No período que se inicia com o fim da guerra, que tem não poucas características de um neocolonialismo implacável, se reedita uma política antiguarani, novamente apontada como problema para o desenvolvimento do país. O castelhano é, assim, associado à “civilização”, enquanto que o guarani está ligado à barbárie. É nesse campo difícil, de dor e isolamento, que a mulher paraguaia (que chora a morte de um ente querido, quase sempre um pai, irmão ou marido e, dada a necessidade de sobrevivência, em muitos casos obrigada a casar-se com um estrangeiro) se move. Silenciosa no espaço público; falante e preceptora no espaço privado.

Mas não podemos vê-la apenas como mãe exemplar que na paz cuida do lar, educa seus filhos e colabora com o homem em seus múltiplos labores e na guerra consola; permanece serena e firme nas horas de provação e de luta, e é sempre companheira leal que põe todo seu fervor na formação dos filhos, como ainda se vê em trabalho de historiadores tradicionais.

Embora apenas no começo deste século se possa dizer que as mulheres paraguayas irromperam da cotidianidade da rotina doméstica para o cenário da sociedade e começaram a dar

os primeiros passos na conquista dos espaços públicos, reservados até então exclusivamente aos homens, seu papel foi fundamental na reconstrução do Paraguai destruído pela Guerra Grande — e não com uma energia imprópria de seu sexo, apenas lutando ao lado de seus maridos e filhos na guerra da Tríplice Aliança.

Essa guerra, que aqui no Brasil, principalmente por desconhecimento, nos enche de tanto orgulho, foi um conflito de homens — e homens escravos em sua maioria, enviados para a frente de batalha no lugar dos medrosos e preguiçosos “coronéis” da elite agrária e seus filhos “bacharéis”. Aqui como lá o espaço que pertencia às mulheres era o da casa, de preferência a cozinha e a cama. Mas no Paraguai, derrotado mas “livre da tirania” do “Napoleão do Prata”, as mulheres, principalmente, reconstruíram a cultura, a identidade e o uso do idioma guarani. Vale a pena, então, perguntar: qual é realmente o papel da mulher? ■

* Jornalista e mestre em História pela UFF, autor do livro *Sinal Fechado: a música popular brasileira sob censura*, publicado em 1994 pela Obra Aberta. Professor da rede pública municipal de Angra dos Reis, cursa o doutorado da UFF, pesquisando sobre a mulher na reconstrução da identidade nacional paraguaia após a guerra da Tríplice Aliança.

Uma casa ao sol



Condomínio Bento
Ribeiro Dantas

Fotos: A. C. Junior

Paulo Marinho

Quase sempre os conjuntos habitacionais para populações pobres são padronizados e sem atrativos, destinados mais a segregá-las do que a oferecer-lhes moradia confortável. Contidos no programa Reconstrução Rio, três projetos de reassentamento de populações ribeirinhas contrariam este padrão, oferecendo qualidade de vida, socializando o uso do espaço e preservando a individualidade do usuário.

Um deles, o Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas, recebeu o prêmio Arquiteta Adina Mera, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) e transformou-se em referência para o Banco Mundial.

Destinado a prevenir inundações e a recuperar a infra-estrutura danificada pelas enchentes ocorridas em 1988, o projeto Reconstrução Rio chegou a ser inteiramente paralisado pelo Banco Mundial em 1990 – já que o órgão financiador questionou os critérios técnicos e administrativos adotados pelo governo Moreira Franco.

Projeto de casas populares humaniza as construções levando em consideração as necessidades e demandas das comunidades reassentadas

Incluído no programa, o reassentamento das famílias ribeirinhas que viariam a ser afetadas pelas obras de drenagem também foi prejudicado. Quem lembra é o ex-presidente do Grupo Executivo de Recuperação e Obras de Emergência (Geroe), Teodoro Buarque de Holanda, que reelaborou o pla-

no no início do governo Leonel Brizola: “Preocupada exclusivamente em alargar o canal, a administração anterior, que via nas populações de beira de rio um problema a ser removido, construiu duas mil casas nas distantes localidades de Grão Pará, Vila Belga e Dom Bosco, antiga rodovia Rio-São Paulo. Como a distância e o financiamento não atraíram as famílias ribeirinhas, as habitações, construídas com dinheiro do Banco Mundial, acabaram recebendo outra destinação, ocupadas por outros moradores.”

Encarando o reassentamento como algo mais do que a construção de moradias, o grupo responsável pela reativação do projeto trabalhou noutra direção. “Nossa intenção foi beneficiar as pessoas, tanto as que permaneceram no lugar de origem, favorecidas com a dragagem do rio e o fim das enchentes, quanto as que foram reassentadas. Aproveitamos para passar noções ambientais e de coleta de lixo, reforçando no morador a idéia de preservar o que é seu. Como o programa era casado às obras de drenagem, e estas contribuíam para despoluir a Baía

de Guanabara, chamamos a atenção para isto e mostramos uma nova maneira de olhar e lidar com o rio”, acrescenta Teodoro Buarque.

Útil e agradável – Integrada ao projeto, a Co/operativa – Cooperativa de Profissionais do Habitat do RJ Ltda., vinha credenciada pelo prêmio no Concurso Nacional de Anteprojeto para Contratação e Assistência Técnica de Projeto – promovido pela prefeita Luiza Erundina em São Paulo, em 1989. A empresa norteou o reassentamento das populações ribeirinhas à luz do conceito “a construção de uma casa é feita para alguém e, por isso, não se esgota em si mesma”.

Originariamente concedido pelo Banco Mundial para financiar lotes urbanizados para as duas mil famílias desalojadas ou em áreas de risco desde 1988, parte dos recursos (US\$ 25 milhões) foi usada para construir habitações nas localidades de Barro Vermelho (Belfort Roxo), Campo do América (Nova Iguaçu), Conjunto das Missões (antiga Rio-São Paulo), Rio Botas (Belfort Roxo) e Bento Ribeiro Dantas – sendo que os três últimos têm as características arquitetônicas que marcam a atuação da Co/operativa. “Com três tipos de casas, das quais uma térrea e duas assobradadas, conseguimos unir o útil ao agradável; além de preservar a individualidade de cada imóvel, dotado de entrada própria e saída pelos fundos, reproduzimos o efeito estético da multiplicidade de formas dos barracos onde os usuários moravam. Isso contribuiu para fazer da mudança de casa uma transformação o menos traumática possível”, argumenta o arquiteto Démétré Anastassakis.

As 549 casas do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas trouxeram soluções novas para aproveitar o espaço. Com 44 m², sala, dois quartos, cozinha e banheiro, foram dispostas de maneira a permitir que a laje das habitações térreas se transformassem

no solo das casas assobradadas. Proporcionando mais metros cúbicos de habitação com menos paredes e lajes, “socializamos os espaços, transformando o teto de uma família no lote da outra”, explica o também arquiteto Luís Fernando Freitas, diretor técnico comercial da Co/operativa. As habitações geminadas quebram a monotonia estética das casas padronizadas.

Em outro projeto, desenvolvido na Cidade de Deus (Zona Oeste), o pro-

to Ribeiro trocaram informações com os gerentes do projeto durante sua construção. Para Teodoro Buarque de Holanda, o contato com as famílias foi fundamental: “Debatíamos com eles desde os detalhes da construção até os boatos que circulam quando empreendimentos realizados pelo Estado têm o ritmo de obras diminuído. Discutia-se nas assembleias de moradores temas como transporte escolar, telefone comunitário, arborização e limpeza pública”.

Integrado ao projeto, o animador cultural Valter Martins envolveu-se com a comunidade e acabou funcionando como uma espécie de Ouidor, a quem eram levadas reivindicações e sugestões dos moradores. Na sua opinião, ouvir os usuários antes e durante a construção reverteu um antigo conceito segundo o qual a obra pública deve ser tocada à luz dos ditames de políticos e empreiteiros. A habitação – diz ele – deve ser erigida para melhorar a qualidade de vida do usuário, e cabe a este, que vai morar no imóvel, a credencial de crítico e operador de mudanças.

Entregue em dezembro de 1993, o projeto arquitetônico do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas rendeu à empresa de consultoria Co/operativa o prêmio Arquiteta Adina Mera, do IAB-RJ, na categoria Espaço da Cidade. Responsável por todo o programa de reassentamento das populações ribeirinhas, o Grupo Executivo de Recuperação e Obras de Emergência também foi premiado pelo IAB, no final de 1994, na categoria Gerenciamento. Em maio do ano passado, o presidente do Geroe, Teodoro Buarque de Holanda, apresentou à diretoria do Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos, o vídeo com a história do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas. O projeto acabou virando referência para a instituição – que até então só aplicava recursos em lotes urbanizados, mas hoje já destina financiamentos para construção de habitações em seu organograma. ■

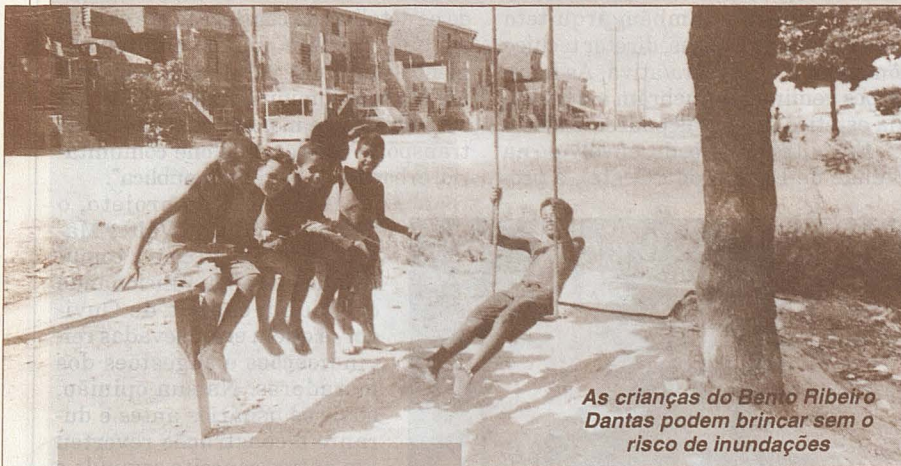


Cremilda Carvalho perdeu uma filha em 1988 durante uma enchente na favela da Varginha

grama de reassentamento construiu 80 casas funcionais no mesmo espaço onde haviam sido projetadas 54. Ao contrário do que se possa supor, os custos são os mesmos e podem até diminuir: “A construtora gasta mais tempo fiscalizando três tipologias de casas em vez de uma, mas estes gastos são compensados com a economia de escala alcançada com o ajuntamento das moradias”, explica Luís Freitas.

Participação – Assentados a apenas dois quilômetros de seu local de origem, a Varginha, os moradores do Ben-

Um reassentamento diferente



As crianças do Bento Ribeiro Dantas podem brincar sem o risco de inundações

"Tinha um barraco no meio do rio/Ai meu deus, que decepção/Quando o maldito enchia/estragava os móveis e molhava o colchão/Minha mulher reclamava e dizia/Prefiro ir morar no sertão/Eu dizia se acalme meu bem/Um dia a gente vai conseguir/uma casa longe do rio/Nova vida vamos construir"

Este trecho pertence à *Fábula Carioca dos Três Porquinhos* (De volta ao futuro ou ao futuro de volta), e foi escrita coletivamente de 17/10 a 20/11/93 pelas famílias reassentadas no Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas. Partindo do respeito pelas tradições culturais e depoimentos pessoais, o texto tem três fases – origens migratórias, Favela da Varginha e Reassentamento Bento Ribeiro Dantas. Com a assessoria cultural do Geroe, a peça, interpretada pelos moradores, mostra um grupo de

peças que começa a debater os problemas de sua comunidade enquanto espera um ônibus – que nunca vem ou, quando aparece, não pára no ponto.

Construídas na avenida que leva o nome do empreendimento, as 549 casas que compõem o Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas estão a menos de dois quilômetros da localidade de Varginha – local de origem das famílias que viviam em precárias condições antes do reassentamento. Próximo à Avenida Brasil (via que liga o Centro às zonas Norte, Oeste e Baixada Fluminense), o conjunto, erigido na entrada da Ilha do Fundão, chama a atenção pela arquitetura pouco usual utilizada neste tipo de construção.

Os contornos e volumes revelam um desenho urbano que pretende conciliar espaços públicos, privados e áreas de circulação, levando em conta as questões sociais envolvidas. O conjunto Bento Ribeiro recoloca a discussão da socialização da propriedade. Com o perfil de uma mini-cidade, o condomínio tem uma rua principal e os terrenos próprios de cada casa e áreas comuns entre os núcleos germinados. Pagando 15% do salário míni-

mo mensalmente, para se tornar proprietária do imóvel em 4 anos, Cremilda Vicente de Carvalho mudou-se durante a construção – a exemplo de muitas famílias. Ela tem tristes lembranças da Varginha, favela localizada no encontro dos rios Faria e Jacaré: "Ali, em 1988, perdi uma filha de um ano e meio levada pela correnteza".

Livres das freqüentes enchentes, os moradores do Bento Ribeiro, que perdiam móveis e eletrodomésticos a cada chuva mais forte, também ganharam segurança. Ao contrário da favela, onde o lado de fora do barraco leva às estreitas e perigosas vielas, no condomínio as áreas internas comuns aos núcleos facilitam o convívio entre as famílias. Mãe de uma menina de seis anos, Cremilda diz que as crianças têm mais liberdade para brincar e os pais mais facilidade de saber onde elas estão.

Concebido de maneira a permitir a futura implantação de infraestrutura, o condomínio guarda espaços que poderão ser ocupados por creches, postos de saúde e áreas de lazer. Por iniciativa da comunidade, o conjunto, desde sua inauguração, conquistou algumas melhorias. A mais importante foi a colocação de uma passarela na Avenida Bento Ribeiro Dantas que deu fim aos freqüentes atropelamentos que aconteciam na área. Outra vitória foi a instalação de um telefone comunitário. Agora, os moradores aguardam obras de urbanização, que compreendem o asfaltamento e a construção da praça no centro do conjunto. Liberados no final do ano passado pelo Grupo Executivo de Recuperação e Obras de Emergência – Geroe, os recursos se encontram à disposição da atual administração. As famílias, no entanto, ainda procuram um local para se reunir, organizar e mobilizar a comunidade em torno de reivindicações como transporte escolar e outras demandas.